



Plenário

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 17

7 DE AGOSTO DE 2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de
Seguridade Social e Família

PARLAMENTARES DA CSSF ANALISAM PROJETOS DE LEI

Na quarta-feira dia 10 de julho, o colegiado da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) se reuniu para analisar e votar projetos de lei que estavam na pauta. Na ocasião, os parlamentares também puderam assistir a um documentário sobre o trabalho do deputado Zacharias Calil. Num segundo momento, também conheceram o plano de comunicação da comissão nas redes sociais.

Comunicação

Maria Carolina Lopes, coordenadora de comunicação da liderança do PSD na Câmara e responsável pela comunicação da comissão nas redes, explicou que será divulgado todo o trabalho realizado pelos parlamentares, como audiências públicas e reuniões. “Contamos com os senhores e com a assessoria de comunicação de cada um para fazer com que o cidadão possa ter acesso aos importantes debates realizados pela comissão”.



Foto: Cláudio Araújo

Documentário

Um documentário sobre a Síndrome do Lobisomem, uma doença rara, mostrou o importante trabalho realizado pelo deputado Zacharias Calil como médico cirurgião pediátrico. “Parabéns ao deputado que faz um trabalho excepcional como médico. Temos muito orgulho de tê-lo como parceiro nesta comissão”, disse o presidente Antonio Brito (PSD-BA).

Projetos de Lei

Foram aprovados 3 projetos de lei: o PL 1.802/2019 define atividades dos Agentes Comunitários de Saúde; o PL 7.079/2017 permite aos agentes de saúde portarem equipamento para retransmitir, on-line, dados recolhidos durante o trabalho; e o PL 11.135/2018 que obriga autor de crime a ressarcir gasto com saúde de vítimas atendidas no Sistema Único de Saúde.

SEMINÁRIO DE CÂNCER DE PESCOÇO E CABEÇA



Foto: Cláudio Araújo

A pedido da deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), foi realizado um seminário para discutir os desafios dos pacientes com câncer de cabeça e pescoço. O debate ocorreu na quinta-feira, 11 de julho. “Há muitos desafios, como por exemplo, o diagnóstico precoce que pode salvar vidas”, alertou a parlamentar.

Foi o que defendeu também Melissa Ribeiro, presidente da Associação de Câncer de Boca e Garganta. Ela apontou outros entraves do SUS. “Demora na realização de biópsia; o acesso ao tratamento é tardio; filas muito longas para cirurgias; falta radioterapia; medicamentos de ponta inexistentes; falta de equipes de re-

abilitação; não há acompanhamento nutricional e existe necessidade de equipes multidisciplinares, como fonoaudiólogos. Não precisamos de novas leis. Precisamos fiscalizar as que já existem e coloca-las em prática”.

Marco Aurélio Vamont, oncologista da Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço, explicou que o tratamento de um paciente diagnosticado precocemente custa em média R\$ 10 mil, podendo o paciente sobreviver mais 5 anos. “Mas, minha realidade no Instituto do Câncer de São Paulo é diferente. Lá, os pacientes já têm quadro clínico avançado, o tratamento custa mais de R\$ 100 mil e saem da cirurgia mutilados. Por isso, nosso maior objetivo é o diagnóstico precoce”. Participaram do encontro também representante do Ministério da Saúde, da Associação Brasileira de Fonoaudiologia e da Associação Brasileira de Odontologia.

DEBATE SOBRE CELERIDADE NOS PROCEDIMENTOS DO SUS

As deputadas Adriana Ventura (Novo-SP) e Carmen Zanotto (Cidadania-SC) reuniram especialistas, na terça-feira dia 9 de julho, para discutir sobre como dar mais agilidade aos procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Na pauta, a análise de três projetos: um obriga a publicação na internet de listas de pacientes que aguardam cirurgias eletivas (PL 10.106/18); outro confia ao poder público a responsabilidade de garantir celeridade nos procedimentos do SUS (PLS 192/18); e o terceiro, determina prazo máximo de agendamento para realização de consultas e exames.

Douglas Martins, do Centro de Apoio dos Direitos Humanos e Terceiro Setor do Ministério Público de Santa Catarina, contou que o estado se uniu para frear a corrupção nas filas de espera do SUS. “Desde de 2016 trabalhamos com o tema e após centenas de reuniões, ano passado a lista de espera foi publicada na internet”.

Mauro Junqueira, secretário-exe-



Foto: Cláudio Araújo

cutivo do Conasems, disse que não dá para comparar o trabalho realizado em Santa Catarina com o resto do país, onde há municípios que nem internet têm. “Quem organiza as filas de espera é o secretário municipal de saúde, que aplica 25% de recursos do município na saúde. Mais que o governo federal e mais que o estado. Ele não pode ser mais uma vez penalizado”.

Leonardo Vilela, do Conass, defendeu que não é com mais leis que o problema será solucionado. “São várias filas, pois cada município tem a sua.

As dificuldades operacionais são enormes”. Já Tiago Matos, diretor Jurídico do Oncoguia, contou a experiência do instituto. “Pessoas morrem sem atendimento. Sabemos que os secretários dão o seu melhor. Mas, distorções existem e precisamos saná-las”.

Ramón Tártari, superintendente de Serviços Especializados e Regulação na Secretaria de Saúde de Santa Catarina e Jairo Bisol, representante da Comissão Extraordinária da Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público também participaram do debate.

CRIAÇÃO DA SEMANA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CÂNCER DE PELE



Foto: Cláudio Araújo

Pesquisa do Instituto Nacional do Câncer (INCA/17) mostrou que 30% de todos os tumores malignos diagnosticados no país se referem ao câncer de pele. Ainda segundo o instituto, a estimativa é que entre 2018 e 2019 surjam mais de seis mil novos casos de melanoma no Brasil. Para frear esse mal, um requerimento do deputado federal Dr. Frederico (Patriota-MG) possibilitou o debate sobre a necessidade da criação da Semana de Prevenção e Combate ao Câncer de Pele. Sérgio Palma, presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia, falou sobre as campanhas já desenvolvidas pelo instituto, como o Dezembro Laranja e sobre as medidas de prevenção. “O protetor solar e o uso de óculos escuros ainda são essenciais. Precisamos investir em campanhas educativas”. Gustavo Fernandes, representante da sociedade Brasileira de Oncologia Clínica e Jaquelina Silva Misael, representante do Ministério da Saúde também participaram do debate.

DISCUSSÃO SOBRE USO DE CANNABIS MEDICINAL NO BRASIL



Foto: Cláudio Araújo

A pedido do deputado Eduardo Costa (PTB-PA), a CSSF realizou audiência pública para tratar do tema, que divide opiniões. Presidente da Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal, Leandro Ramires, informou que, até maio, 6.530 pessoas conseguiram autorizações judiciais para a compra desses remédios. “A cannabis é eficaz no tratamento de epilepsia, autismo, Alzheimer, Parkinson, dor neuropática e câncer”. O presidente da Anvisa, William Dib, disse que vai manter o assunto em consulta pública até dia 19 de agosto e explicou que a futura regulamentação vai tratar de plantio residencial, produção e monitoramento de cannabis, com foco no controle de qualidade para a saúde pública. Representante do Ministério da Cidadania, o secretário Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas, Quirino Cordeiro, criticou pontos da futura regulamentação da Anvisa que permitem o plantio de cannabis.

EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário:
Rubens Carneiro Filho

Edição:
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfiotis

3º Vice-Presidente
Dep. Misael Varela

Redação:
Manu Nunes

Diagramação:
Jorge Ribeiro

[f](https://www.facebook.com/seguridade.cd) @seguridade.CD

[@Cssf_seguridade](https://twitter.com/Cssf_seguridade)

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br